

08 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Viúva de ex-presidente do TJ é investigada

Ministério Público de São Paulo abriu procedimento criminal para apurar suspeita de corrupção e tráfico de influência

Viúva e herdeiros do desembargador, morto em 2011, disseram por meio de advogados que não se manifestarão

O Ministério Público de São Paulo abriu uma investigação criminal para apurar se a viúva do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Antonio Carlos Viana Santos, morto em 2011, cometeu crimes de tráfico de influência e corrupção em relação a contratos da corte.

A advogada Maria Luiza Pereira Viana Santos é alvo de apuração da Promotoria sobre a suposta cobrança de comissões para promover interesses de empresas no tribunal paulista com a ajuda de seu marido, que assumiu a presidência da corte em 2010 e a chefou até o início de 2011, quando morreu.

A Promotoria investiga ainda a informação de que a advogada teria assinado uma proposta oferecida a uma empresa de informática para intermediações na corte.

O casal Santos também é investigado sob a suspeita de envolvimento em venda de sentenças.

Maria Luiza passou a ser objeto de um procedimento penal depois que a Promotoria decidiu desmembrar a investigação sobre a evolução patrimonial do marido dela.

A separação dos casos ocorreu pois as apurações sobre presidentes de tribunais dos Estados só podem ser feitas pelo procurador-geral de Justiça, que é o chefe do Ministério Público estadual.

A morte de Santos é apurada em um inquérito sob responsabilidade do DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa) da Polícia Civil de São Paulo.

No mês passado, a divisão de homicídios terminou a colheita de depoimentos de funcionários particulares e assessores do desembargador.

Inicialmente essa apuração tramitou no 78º DP da capital (Jardins), mas foi transferida para o DHPP porque o laudo necroscópico do caso, apesar de indicar morte natural por infarto, também apontou um teor excessivo de álcool no corpo de Santos.

O desembargador sofria de diabetes e morreu em casa, pouco depois de completar um ano no comando do tribunal paulista.

Como revelado pela **Folha**, um levantamento da atual gestão do TJ indicou que Santos foi um dos cinco desembargadores que receberam pagamentos privilegiados dos cofres do tribunal entre 2006 e 2010, que variaram de R\$ 400 mil a R\$ 1,5 milhão.

Essas verbas eram devidas

por conta de passivos trabalhistas, porém os desembargadores ocorreram muito fora do padrão do tribunal, que em regra quita esses atrasados em várias parcelas de pequeno valor.

A descoberta sobre os pagamentos foi motivo de insatisfação entre os 352 desembargadores do TJ.

O advogado de Maria Luiza, Edson Sampaio da Silva, informou que a viúva de Santos não iria se manifestar sobre a investigação do Ministério Público de São Paulo.

João Augusto Porto Costa, advogado dos herdeiros de Santos, disse que a família não foi comunicada sobre qualquer investigação e por isso não iria se manifestar.

CONTINUA

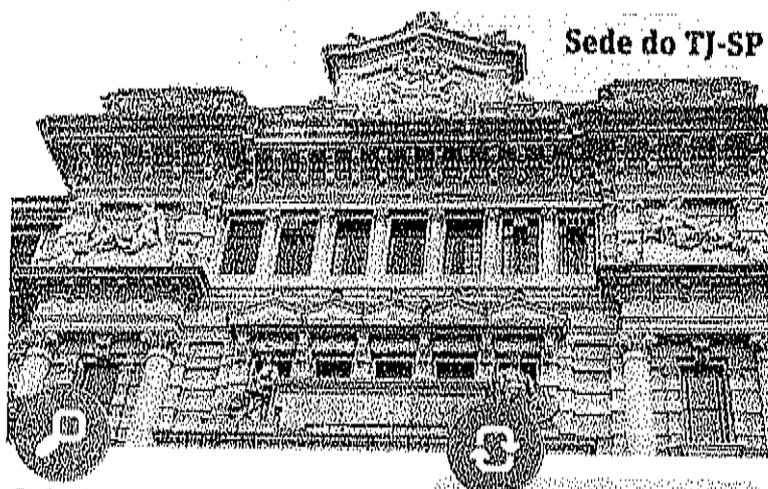
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 FEV 2012

SUSPEITAS NO TJ-SP

Viúva de ex-presidente é alvo de investigação



O CASO

Procuradoria investiga se o ex-presidente do TJ-SP Antonio Carlos Viana Santos, morto em 2011, e sua mulher, Maria Luíza, fizeram tráfico de influência e venda de sentenças na corte paulista

OUTRO LADO

A defesa de Maria Luíza disse que ela não iria se manifestar. A dos herdeiros do ex-presidente diz que a família desconhece a investigação

AS SUSPEITAS

1 **Comissões**
O Ministério Público investiga se Maria Luíza recebia comissões de 15% a 20% para intermediar interesses de empresa em contratos do TJ-SP

2 **Informática**
A Promotoria investiga ainda se Maria Luíza assinou uma carta oferecendo intermediações na corte paulista a uma empresa do setor de informática

3 **Venda de sentenças**
Denúncia anônima recebida pela Promotoria acusa o casal Santos de envolvimento em venda de sentenças do tribunal

FOLHA DE S. PAULO

Má-fé em foco 08 FEV 2012

A litigância mal-intencionada prolifera no Brasil porque não é levada a sério. Ninguém se peja de multiplicar chicanas para postergar decisões judiciais ou constranger a outra parte num processo.

Eis o que sente na carne, agora, o serviço jornalístico pela internet Congresso em Foco. Uma série de ações movidas por indissimulável má-fé busca cercear seu esforço de dar transparência ao que se passa nas entranhas do Legislativo.

Nada menos do que 43 ações individuais foram apresentadas por servidores do Senado contra o portal em juizados de pequenas causas. Pediam indenização de R\$ 21,8 mil para cada funcionário litigante, sob a desculpa de que sua privacidade fora invadida pela publicação da lista de seus proventos.

Na realidade, a página Congresso em Foco deu divulgação, em agosto, a uma relação preparada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) com 464 nomes de funcionários que recebiam salários acima do teto constitucional (R\$ 26,7 mil). A minoria que abriu os processos segue orientação do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU).

As 43 ações são idênticas e foram propostas por uma só advogada, mas distribuídas para vários juízes. Os sete jornalistas do ser-

viço tiveram de desdobrar-se para comparecer às 27 audiências realizadas desde 31 de janeiro.

É evidente a intenção de criar dificuldades práticas e financeiras para o portal. O Sindilegis e seus liderados reeditam a tática maliciosa empregada pela Igreja Universal do Reino de Deus — sem sucesso — contra a **Folha** e a jornalista Elvira Lobato, autora de reportagem que desagradou à sua cúpula.

Seis das 43 ações contra o Congresso em Foco foram encerradas, por ausência dos queixosos ou porque o juiz decidiu pela improcedência. É pouco provável que outros magistrados deem seguimento a uma manipulação tão impudente.

Não faz sentido o argumento dos servidores públicos de que a publicação — releve-se a redundância vocabular, por eloquente — de seus salários atente contra a privacidade. Mais: é óbvio o interesse público de dar a conhecer que recebem valores acima do teto legal.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que divulgar relações de vencimentos de servidores, como fez a Prefeitura de São Paulo, não apenas é legal como obedece ao princípio constitucional da publicidade de atos oficiais.

São fúteis as ações contra ele, como as dos funcionários do Senado. Cumpra aos juízes rechaçá-las.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Brasil assimétrico

BRASÍLIA - Duas notícias mostraram ontem como o Brasil convive com bolsões de atraso e de possível modernidade. Tudo num só governo, sob a mesma presidente.

Na categoria "Brasil profundo", a Advocacia-Geral da União resolveu entrar na Justiça em Goiás para proibir quem avisa pelo Twitter o horário e o local de operações de fiscalização do trânsito. Ao tentar controlar o incontrolável, a AGU retrocede no tempo, agride a liberdade de expressão e se iguala — em certa medida — ao governo do Irã, que proibiu naquele país o desenho animado "Os Simpsons".

Desde tempos imemoriais, tem sido comum alguém avistar uma batida policial e recomendar a um amigo que evite o local. Até porque no Brasil as forças de segurança mais colocam medo do que transmitem tranquilidade aos cidadãos. Essa percepção da sociedade se acentuou na ditadura militar. Pouco se faz para corrigir tal distorção.

Não é criminalizando quem usa o Twitter para avisar sobre uma blitz que se conserta uma realidade. A iniciativa, patética, exprime o despreço de parte da administração federal pelo direito dos cidadãos de se expressarem livremente.

Em contrapartida, ontem também foi anunciado o nome de Eleonora Menicucci como nova ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. No seu perfil publicado por uma revista, ela afirma: "Me relaciono com homens e mulheres e tenho muito orgulho de minha filha, que é gay e teve uma filha por inseminação artificial".

É incomum uma ministra apresentar de maneira tão aberta suas convicções pessoais. Ex-presa política na ditadura, Menicucci declara-se desde sempre a favor da descriminalização do aborto. A franqueza não garante a ela sucesso no cargo. Mas é bom quando tabus são tratados à luz do dia. E ajudam a esquecer um pouco a tresloucada iniciativa anti-Twitter da AGU.

08 FEV 2012

Pró-aborto, nova ministra trata tabus à luz do dia

08 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Pró-aborto, ministra diz que 'não interessa' a sua posição pessoal

Nova titular da Secretaria de Mulheres afirma que vai seguir a posição do governo, de deixar o assunto para o Congresso

'O aborto é questão de saúde pública, não ideológica', diz Menicucci, ativista das causas feministas

Favorável à descriminalização do aborto, a nova ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres afirmou que sua posição hoje "é de governo" e que o assunto está com o Legislativo.

"A minha posição pessoal, a partir de hoje, não diz respeito, não interessa. Minha posição pessoal está em todos os jornais, nas entrevistas que dei, não seria eu se não reafirmasse o que falei anteriormente. Mas sou governo, minha posição, hoje, é de governo", declarou ontem Eleonora Menicucci.

Anteontem, questionada pela **Folha** sobre como iria se portar no governo em relação à defesa que faz do direito ao aborto, disse: "Toda essa minha luta pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, e para que as mulheres não morram mais por aborto inseguro, me fortalece".

Por outro lado, o posicionamento de governo, assumido pela então candidata Dilma Rousseff para não melindrar o eleitorado evangé-

lico e católico na eleição de 2010, é não liderar alterações pró-aborto na legislação.

Bombardeada com questões sobre interrupção voluntária da gravidez, Menicucci defendeu ontem uma abordagem de saúde pública.

"O aborto é uma questão de saúde pública, não ideológica. Como o crack, as drogas, a dengue, como o HIV, as doenças infectocontagiosas."

E disse que o governo fez sua parte ao elaborar, em 2005, uma minuta de projeto de lei que liberava o aborto até 12 semanas. Criticado, o texto foi entregue informalmente a uma comissão do Congresso e nunca virou lei.

"O governo tem um projeto no Congresso, ele só andará se assim os parlamentares quiserem e entenderem a importância dele. Neste momento, nós do Executivo não temos muito o que fazer", disse Menicucci, que apontou a importância da pressão social para uma mudança.

A ministra, que toma posse sexta-feira, é professora titular em saúde coletiva da Unifesp, tem trajetória no combate à violência contra as mulheres e em causas feministas. Listou como prioridade à frente da pasta o combate à violência.

Entidades feministas elogiaram a escolha da ministra, mas lembraram da importância do debate sobre o aborto.

DIREITO AO ABORTO

Tema é uma das bandeiras da nova ministra da Secretaria das Mulheres

PONDERAÇÃO

Apesar de se dizer favorável à liberação do aborto, Eleonora Menicucci diz que defenderá a posição do governo. Executivo quer que tema seja debatido no Congresso

“Minha luta pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, e para que as mulheres não morram mais por aborto inseguro, me fortalece

ELEONORA MENICUCCI,
nova ministra da Secretaria das Mulheres

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

08 FEV 2012

Tablets

Só acho que o leitor Junios Paes Leme (Painel do Leitor, ontem), defensor dos tablets para juízes e desembargadores, poderia ampliar a defesa desse direito para outros profissionais, desde que o equipamento fosse bem aproveitado. Ele, inclusive, poderia revoltar-se com o fato de milhares de estudantes não terem recebido seu material escolar básico como noticiou a **Folha** (“Kit escolar atrasa e alunos iniciam aulas com cadernos do ano passado”, “Cotidiano”, 7/2). Não se trata de desmerecer o trabalho dos magistrados, só esperamos que cumpram melhor o seu dever.

VIRGINIA GONÇALVES (Londrina, PR)

08 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Governo teme que crise nas polícias chegue a 6 Estados

Serviço de inteligência federal monitora movimentos de greve 'explosivos' que exigem aprovação de piso nacional para PMs

O governo federal vê risco elevado de a greve da Polícia Militar baiana se alastrar para mais seis Estados: Rio de Janeiro, Alagoas, Pará, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Destes, o Rio é considerado o mais crítico. Há temor de violência às vésperas do Carnaval.

O serviço de inteligência que abastece o Palácio do Planalto classifica-os de "Estados explosivos". A presidente Dilma Rousseff foi informada de que o levante faz parte de uma articulação para que a Câmara aprove o piso nacional para o salário de bombeiros e PMs.

Na Bahia, o líder da greve, Marco Prisco, diz que as reivindicações salariais estão "bem encaminhadas", mas que os pedidos de prisão dos líderes impedem a desocupação da Assembleia Legislativa. PMs que não aderiram à greve passam o dia aquartelados.

08 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Governo vê riscos de crise da PM se alastrar para 6 Estados

RJ, PA, **(PR)**AL, ES e RS são casos 'explosivos', segundo serviço de inteligência

Movimento de policiais também preocupa no DF; iniciada há oito dias, paralisação na Bahia chega a impasse

O governo federal vê risco elevado de greve da PM baiana se alastrar para mais cinco Estados. O Rio é considerado o mais crítico de todos eles, inclusive pelo temor de haver cenas violentas às vésperas do Carnaval, daqui a dez dias.

Além do Rio, onde a polícia decide amanhã se para ou não, o serviço de inteligência do Palácio do Planalto classifica como "Estados explosivos" Pará, Paraná, Alagoas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

O acompanhamento começou após os conflitos se agravarem em Salvador, onde a greve dos PMs foi decretada na terça da semana passada.

O governo federal monitora ainda o Distrito Federal, que ontem registrou protesto de apoio aos PMs da Bahia.

"Se não tiver aumento, não terá segurança no Carnaval. Se está ruim em Brasília, imagina em outros Estados?", disse o sargento Edvaldo Farias, da Associação dos Oficiais Administrativos da PM. O piso brasiliense, de R\$ 4.000, é o maior do país. Na Bahia, por exemplo, ele é de R\$ 2.173,87.

A presidente Dilma Rousseff foi comunicada na sexta de que o levante baiano fazia parte de uma articulação nacional para pressionar o governo a apoiar, no Congresso, a aprovação da PEC 300.

A proposta de emenda constitucional estabelece um piso salarial para bombeiros e PMs. O problema é que, por limitações de verba, nem Estados nem a União estão dispostos a bancar a medida.

Ontem, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro decidiu adiar para amanhã, mesmo dia em que os policiais do Estado decidirão ou não pela greve, a votação da proposta do governo estadual de reajuste para as polícias.

Há representantes de policiais fluminenses em Salvador. A ideia é verificar as ações do governo federal, além de conversar com líderes do movimento e com os policiais que não aderiram a ele.

IMPASSE

A greve da Bahia chegou a um impasse. O líder do movimento, Marco Prisco, diz que as reivindicações salariais estão "bem encaminhadas".

O problema, afirma, está no pedido de prisão dos líderes do movimento, decretado pela Justiça. Na lista dos procurados, ele diz que ninguém retornará ao trabalho sem que haja uma anistia geral.

Prisco é do PSDB, adversário político do PT do governador do Estado, Jaques Wagner. Os tucanos do Estado, no entanto, tentam manter distância do líder grevista.

Após a tentativa frustrada de acordo, manifestantes grevistas foram à rampa da Assembleia e gritaram em coro: "Ôôô, o Carnaval acabou!"

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE

CONTINUAÇÃO

08 FEV 2012

Constituição proíbe greve, mas advogados veem brecha

VAGUINALDO MARINHEIRO
DE SÃO PAULO

Diante da ameaça de que a greve de policiais militares da Bahia se espalhe para outros Estados, cresce a discussão sobre se a Constituição permite ou não que esses profissionais paralise os serviços.

A maioria dos advogados entende que não.

O artigo 142 da Constituição, parágrafo 3º, inciso 4º, diz claramente que "ao militar são proibidas a sindicalização e a greve".

A questão é que alguns interpretam que o artigo é específico para os membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Isso porque o capítulo em que se encontra o artigo 142 se chama "Das Forças Armadas".

Mas um artigo anterior, o 42, que dispõe sobre os "militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", afirma o seguinte: "Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

Na sequência, o texto diz: aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios as disposições do artigo 142, parágrafos 2º e 3º. Ou seja, que a greve é proibida.

Como o direito está longe de ser uma ciência exata, a discussão pode se arrastar por um longo tempo.

Mas o STF (Supremo Tribunal Federal) tomou uma decisão em novembro do ano passado que é um grande ar-

gumento para aqueles que defendem a inconstitucionalidade da greve.

Ao julgar um pedido de liminar para a suspensão da greve dos policiais civis do Distrito Federal, o presidente do Supremo, Cezar Peluso, entendeu que mesmo os membros da Polícia Civil não podem fazer paralisações.

Os argumentos de Peluso são dois:

1- O direito à greve dos servidores públicos não é absoluto. Ele não vale no caso de policiais, que são "incumbidos de zelar por valores incontornáveis da subsistência de um Estado: segurança pública e incolumidade das pessoas e dos bens";

2- Nos serviços públicos desenvolvidos por grupos armados como a Polícia Civil, "as atividades realizadas por seus agentes são análogas às dos militares, em relação as quais a Constituição proíbe expressamente a greve".

Isso significa que, para Peluso, militar das Forças Armadas, policial militar ou civil, todos estão fora do direito de greve.



DECISÃO DO
PRESIDENTE DO
SUPREMO, CEZAR
PELUSO, DIZ QUE
POLICIAIS CIVIS
E MILITARES NÃO
TÊM DIREITO
À GREVE

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR

convoca
reunião

para definir
melhorias

08 FEV 2012

Melhorias na execução penal no Paraná foram debatidas na tarde desta segunda-feira (6) no Tribunal de Justiça, em reunião entre magistrados, promotores e a secretária da Justiça, Maria Teresa Uille Gomes. "Com esses encontros chegaremos a uma proposta exequível para o programa Mãos Amigas, unindo ações no Judiciário, Executivo, Ministério Público, comunidade e universidades para buscar uma transformação da execução penal no Paraná", afirmou a secretária.

Na reunião, convocada pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, Maria Teresa Uille Gomes fez um balanço das iniciativas da Secretaria da Justiça em 2011 e apresentou as metas para os próximos anos. Uma delas é assumir a responsabilidade por 15 mil presos que hoje estão em delegacias de polícia. Outras são estruturar a Defensoria Pública e ampliar o monitoramento eletrônico de presos.

O grupo debateu o texto de uma resolução sobre o alvará eletrônico de soltura de presos - "para desburocratizar o cumprimento, com as cautelas necessárias", de acordo com a secretária da Justiça. Outra medida discutida foi a criação de uma central de vagas em presídios. Neste ano serão abertas mais de 2,5 mil vagas no sistema penal e a central ajudaria a gerenciar o seu uso. Aumentar a escolarização e a profissionalização dos presos é outra meta para 2012, o que deve reduzir a reincidência de condenados no crime.

08 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prefeito de Jundiá do Sul é transferido para Colônia Penal

O prefeito de Jundiá do Sul, Valter Abras, foi transferido na última segunda-feira (6) da carceragem temporária de Jacarezinho para a Colônia Penal de Guarapuava. O prefeito foi condenado a oito anos de prisão em regime semi-aberto, em função da unificação de penas de duas ações penais a que respondeu por crimes de responsabilidade, envolvendo fraudes e desvio de dinheiro público.

O promotor substituto Ivan Barbosa Mendes, que atua em Ribeirão do Pinhal, comarca a que pertence o município de Jundiá do Sul, explica que o prefeito havia sido condenado, em primeiro grau, a cinco anos de prisão em cada um dos dois processos. Recentemente, o Tribunal de Justiça reduziu cada uma das duas penas para quatro anos e

o juiz de Direito de Ribeirão do Pinhal, Sérgio Bernardinetti, as unificou, o que resultou em oito anos de prisão no regime semi-aberto. O mandado de prisão foi cumprido e, desde o dia 29 de janeiro, ele permanecia no setor de carceragem temporária em Jacarezinho, local inadequado para presos condenados.

De acordo com o promotor, Abras responde a mais de 20 processos criminais. Caso haja mais alguma condenação, as sanções serão novamente unificadas e, se a soma ultrapassar oito anos, poderá passar a cumprir pena em regime fechado. "Restam ainda vários processos para transitarem em julgado e caso isso ocorra, com mais um dia de pena, ele terá que cumprir o regime fechado, que é muito mais

rigoroso", afirma.

Casos

As condenações referem-se a fatos constatados no período entre 1997 e 2000, quando Abras também era prefeito. As ações foram protocoladas pelo Ministério Público em 2002. Ambas questionavam o prefeito e dois funcionários públicos municipais que ocupavam cargos na contabilidade e na tesouraria do município, por fraudes em notas fiscais. O esquema possibilitava desvios de dinheiro público, a partir de ordens de pagamento em valores muito superiores aos que mostravam as vias originais das notas fiscais da empresa emitente. A soma das despesas apresentadas nas notas de empenho questionadas, atualizada até 2002, ultrapassava R\$ 40 mil.

MP-PR propõe ação contra prefeito de Pirai do Sul

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção de Patrimônio Público de Pirai do Sul, apresentou nesta semana (6) ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito da cidade, Antonio El Achkar. O MP-PR sustenta que foi ilegal a contratação, pelo Município, do escritório de advocacia Sociedade de Advogados José Carlos Dias Neto e Associados, que também foi requerido na ação. A empresa foi contratada sem licitação. O responsável pelo caso é o promotor de Justiça Antônio Juliano de Souza Albanez.

Segundo o promotor, a ação foi resultado de inquérito civil público instaurado no ano de 2011, que visava à apuração de supostas irregularidades na contratação do referido escritório de advocacia pelo Município de Pirai do Sul, sem licitação. No curso das investigações, apurou-se que o contrato

foi realizado fora das hipóteses legais de dispensa e inexigibilidade de licitação. "A Lei de Licitações somente permite a contratação, da forma como foi realizada, em casos de serviços de natureza singular, o que não foi observado, já que o objeto do contrato dizia respeito a assessoramento e representação do Município em caráter geral", afirma o promotor. Ele diz ainda que foi verificado no inquérito que, um ano antes de se firmar o contrato com o escritório de advocacia, já havia sido identificada pela Prefeitura a necessidade de abertura de concurso público para a contratação de procurador jurídico para o Município, o que não ocorreu. "Também foi possível observar que o procedimento destinado a justificar a inexigibilidade de licitação é completamente nulo, tratando-se de uma simulação, pois realizado todo em um único dia, inclusive com a assinatura do

contrato e a publicação em Diário Oficial na mesma data", sustenta o agente do MP-PR.

O Ministério Público requer a devolução do valor que teria sido gasto indevidamente aos cofres públicos. O contrato questionado teria custado R\$ 68.850. Os réus ficam ainda sujeitos a outras sanções previstas em uma eventual condenação por ato de improbidade, como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público e multa. Como resume o promotor na ação: "Portanto, realizada uma contratação direta por inexigibilidade ou dispensa de licitação, quando esta era exigível, o contrato é nulo e seu cumprimento gera prejuízo ao Erário, que deve ser ressarcido tanto por quem deu causa à contratação direta, como do contratado que participou fraudulentamente no procedimento."

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TECNOLOGIA 08 FEV 2012

E-CNJ completa cinco anos com 29 mil processos

Com agilidade de sistema,

Conselho consegue reduzir estoque de ações

Mais de 29 mil procedimentos administrativos e disciplinares do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram totalmente movimentados por meio digital desde a criação do Sistema de Processo Eletrônico (E-CNJ), que completa cinco anos em fevereiro deste ano. Com a agilidade proporcionada pelo sistema, o CNJ está conseguindo reduzir o estoque de processos e eliminou a movimentação de papéis. Os serviços do E-CNJ estão disponíveis na página inicial do Conselho, no menu "Sessão CNJ" ou na aba Sistemas.

Ainda existem 3 mil processos administrativos armazenados em um sistema, baseado na plataforma E-CNJ, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF). Estes documentos também podem ser consultados e movimentados pela Internet.

"Vemos que, a cada ano, o total do estoque de processos em tramitação diminui. Isso mostra que o CNJ tem julgado mais processos do que entram", explicou Giscard Stephanou, coordenador de gestão de sistemas do CNJ. Em 2012, entraram 341 ações e foram arquivados 484 processos. Atualmente,

estão em andamento 3.317 processos, incluindo Corregedoria, Presidência e conselheiros.

Ele destacou que os resultados alcançados estão motivando os tribunais a firmarem parcerias com o CNJ para o repasse desta tecnologia. Alguns tribunais já assinaram termo de cessão de uso do sistema como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a segunda instância do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) e a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

O sistema foi desenvolvido em software livre pelos servidores do CNJ, e sua plataforma é totalmente via web – tecnologia que permite o acesso 24 horas aos 23 mil usuários cadastrados para movimentação de processos e aos cidadãos que podem utilizar a consulta pública.

08 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STJ paga quase R\$ 50 milhões em 'vantagens eventuais'

As chamadas "vantagens eventuais" pagas a ministros do Superior Tribunal de Justiça consumiram, em 2011, R\$ 2,7 milhões. Análise de todo o quadro de

servidores da Corte mostra que a remuneração custou, em 2011, R\$ 450,5 milhões, sendo R\$ 47,2 milhões só com vantagens eventuais.

Judiciário. Corte pagou só aos 31 ministros R\$ 2,7 milhões em 'vantagens especiais', benefícios incorporados aos subsídios mensais; com nomes preservados, folha de pagamento mostra que contracheque de um ministro foi de R\$ 463,2 mil, somados os extras.

Benefícios do STJ, além dos salários, custaram R\$ 47 milhões em 2011

A FOLHA DO STJ EM 2011

TODO O ÓRGÃO

● Gasto com salários:
R\$ 247.421.370,44

● Gasto com vantagens eventuais:
R\$ 47.203.251,69

● Gasto total:
R\$ 450.573.658,37

MINISTROS

● Gasto com subsídios:
R\$ 8.924.366,18

● Gasto com vantagens eventuais:
R\$ 2.727.047,71

● Gasto total:
R\$ 13.278.658,65

● Alguns exemplos dos maiores contracheques de ministros, conforme o mês:

R\$ 463.284 (março)
R\$ 432.880 (março)
R\$ 228.974 (setembro)
R\$ 223.571 (setembro)
R\$ 223.447 (setembro)

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 FEV 2012

As chamadas "vantagens eventuais" pagas a ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consumiram, ao longo de todo o ano de 2011, R\$ 2,7 milhões, o que equivale a um quinto da folha (R\$ 13,2 milhões) dos 31 ministros e dois desembargadores convocados para ocupar a função. Quando analisado todo o quadro de servidores da Corte, a remuneração custou em 2011 R\$ 450,5 milhões, sendo R\$ 47,2 milhões só com vantagens eventuais, que são benefícios específicos e gratificações pagos aos servidores.

Dados da folha de pagamento do STJ em todo o ano passado revelam que, em determinados meses, a Corte pagou até 17 vezes o teto do funcionalismo federal a seus ministros. Os magistrados - cujo subsídio é limitado a 95% do salário dos integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), ou R\$ 25.386 - engordam o contracheque com as chamadas vantagens eventuais. Tecnicamente, o STJ não pratica o fura-teto.

Em março do ano passado, um ministro chegou a receber R\$ 463,2 mil, somados o subsídio e os extras. Foram R\$ 435,1 mil só em vantagens eventuais, "guarda-chuva" que abriga inúmeros benefícios. Segundo o STJ, cabem nesse conceito o abono, a indenização e a antecipação de férias, a gratificação natalina (13.º salário) e os pagamentos retroativos e por serviços extraordinários, por exemplo.

No mesmo mês, outro integrante do STJ teve rendimentos de R\$ 432,6 mil, dos quais R\$ 407,2 mil para além do subsídio; um terceiro obteve R\$ 197,8 mil. Há casos de mais pagamentos vultosos, como em setembro, quando seis ministros receberam valores que variam de R\$ 190,9 mil a R\$ 228,9 mil. O STJ não diz nomes dos beneficiários.

Além das vantagens eventuais, a Corte pagou reiteradamente benefícios enquadrados como vantagens pessoais, de R\$ 2.792 ou R\$ 5.585, conforme o caso. Em média, cada um recebeu R\$ 30,9 mil por mês em 2011.

Conforme o servidor, esses valores quase quadruplicam o salário. Turbinado pelos benefícios, a remuneração de um técnico judiciário, por exemplo, saltou de R\$ 6.106 para R\$ 23.840 em julho, quase alcançando o subsídio dos ministros.

Graças aos penduricalhos, em setembro, o assessor de um dos ministros teve o contracheque engordado em R\$ 19.829, de R\$ 6.781 para R\$ 26.610. Em maio, outro assessor recebeu R\$ 21.213, R\$ 14.390 além do salário.

Explicações. Procurado ontem, o STJ informou que o grosso dos valores pagos além do teto aos ministros refere-se ao "auxílio-moradia na parcela autônoma de equivalência" do período de 1994 a 1997. Os pagamentos retroativos foram feitos a partir de decisão do Supremo e do Conselho de Administração do STJ, explicou o órgão.

O STJ não deu detalhes dos critérios para o pagamento de extras, explicando apenas que eles são feitos "conforme disponibilidade orçamentária/financeira" e autorizados "pelo ordenador de despesas do órgão, com base na legislação específica de cada caso". O tribunal sustentou que os critérios são os mesmos para ministros e demais funcionários.

O pagamento de vantagens foi o estopim da crise entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O órgão investiga a evolução patrimonial de magistrados e servidores com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), folhas de pagamento e declarações de imposto de renda, o que gerou reação da magistratura.

Por conta das apurações, a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, foi acusada por entidades de classe dos magistrados de quebrar o sigilo de juizes e seus familiares. Na última semana, o Supremo, ao julgar ação da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), assegurou ao conselho o direito de abrir processos contra magistrados suspeitos sem ter de esperar as corregedorias locais.

Recorde. No domingo, o Estado mostrou que a folha de pagamentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) vai custar R\$ 1,4 bilhão aos cofres públicos este ano. Custeado pela União, o TJDFT vai gastar cinco vezes mais que o STF e o dobro das despesas do STJ com pessoal. Essas cortes também são bancadas pelo Orçamento da União. O tribunal é o mais caro do País.

Corte em SP se reúne para conter crise de pagamentos milionários

Órgão Especial, com 25 desembargadores, ainda não decidiu se abre procedimentos ou se aguarda decisão do CNJ

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, formado por 25 desembargadores - os 12 mais antigos, 12 eleitos e o presidente da corte -, reúne-se hoje em dois tempos para analisar os procedimentos sobre pagamentos excepcionais concedidos a cinco magistrados. O primeiro encontro será reservado, "em caráter informal", no gabinete do presidente do TJ, Ivan Sartori. Depois, os desembargadores assumem suas cadeiras na plenária e, em sessão pública, retomam os trabalhos de natureza administrativa.

A reunião na sala de Sartori, no quinto andar do Palácio da Justiça, busca consenso da cúpula do poder quanto às medidas que devem ser adotadas sobre os desembolsos que privilegiaram desembargadores - um deles, Roberto Bellóchi, ex-presidente do TJ, ficou com R\$ 1,6 milhão.

Centenas de desembargadores e juízes que também pleiteiam créditos relativos a férias e licença prêmio não cumpridas estão revoltados e pressionam a direção do tribunal a agir.

A dúvida maior que paira sobre o Órgão Especial é se deve instaurar imediatamente procedimentos e aplicar sanções ou se aguarda o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Houve quem sugerisse colocar sob sigredo os processos, mas a ideia foi afastada porque o CNJ mandou dar publicidade aos atos do Judiciário.

Ao todo, pagamentos a 29 desembargadores estão sob inspeção. Não se discute a origem do recurso, legítimo e devido segundo a avaliação do TJ, mas a forma como ele foi liberado, em prejuízo da grande maioria.

Até agora, apenas um desembargador, Alceu Penteadó Navarro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), apresentou defesa na qual explica que graves problemas de saúde em família o levaram a requerer R\$ 420 mil, em 2010. Nenhum outro desembargador se manifestou.

Devolução. A presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado, Yvone Barreiros Moreira, disse que estuda ingressar com pedido de providências no CNJ para que os desembargadores devolvam o dinheiro "com juros e correção monetária". Segundo ela, a medida deverá ser tomada inicialmente pela entidade que preside perante o Conselho Superior da Magistratura de São Paulo. "Se não resolverem, vamos ao CNJ", avisa.

Yvone informou que a categoria que representa, e também as de outros servidores, sofrem perdas e restrições sistemáticas. "Cortaram nosso regime especial de trabalho judicial", protesta. "Vamos requerer direito a assento em pelo menos quatro comissões permanentes do tribunal, Orçamento, Assuntos Administrativos, Salarial e Organização Judiciária."

● Ação

YVONE BARREIROS MOREIRA

PRES. DA ASS. DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

"Se não resolverem

(a devolução de pagamentos aos magistrados), vamos ao CNJ"

08 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Após restabelecer poder, CNJ quer aumentar estrutura

Na reunião de ontem, conselheiros discutiram possível contratação de novos servidores e até de um médico

Na primeira reunião depois de restabelecer seus poderes, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) discutiu ontem a possibilidade de contratar mais funcionários para os gabinetes de seus 15 integrantes e até um médico para atender eventuais emergências de servidores.

Criado para ter uma estrutura enxuta, o conselho funciona atualmente num edifício anexo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas é comum conselheiros reclamarem das instalações.

Se o orçamento do órgão comportar, os conselheiros estão dispostos a contratar mais assessores e o médico, mesmo com a alegada falta de espaço.

Entre os funcionários cedidos por outros órgãos que prestam serviços ao CNJ é grande expectativa para que seja lançado em breve um concurso público.

Contrato suspeito. Ao sair da reunião, que ocorreu a portas fechadas, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, não quis comentar o que foi discutido. Mas um conselheiro disse ao Estado que técnicos do órgão vão analisar a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que considerou irregular uma licitação de R\$ 8,4 milhões para escolher uma fornecedora de softwares.

Essa não é a primeira vez que uma licitação do CNJ é questio-

nada. No final do ano passado, uma licitação envolvendo R\$ 86 milhões ficou sob suspeita de direcionamento. Outra licitação contestada estava relacionada à compra de uma sala-cofre por R\$ 8,6 milhões.

O CNJ ficou na berlinda na semana passada, quando o STF decidiu que o órgão tem o poder de abrir processos contra magistrados suspeitos de irregularidades independentemente da ação das corregedorias locais. Na ocasião, a maioria dos ministros rejeitou um pedido para que essa competência fosse originariamente exercida apenas pelos tribunais locais. O julgamento deverá continuar hoje, mas os pontos centrais já foram decididos.



Silêncio. Peluso não quis comentar sobre o tema da reunião do CNJ

08 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

No governo, ministra descarta defesa de aborto

Defensora histórica do direito à interrupção da gravidez, Eleonora Menicucci assume a pasta e diz que Executivo 'não tem o que fazer' neste debate

A nova ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, que ao longo de sua vida falou diversas vezes ser favorável ao aborto, afirmou ontem que sua posição pessoal sobre o assunto não vem mais ao caso. "A partir do convite da presidente Dilma eu sou governo e minha posição é de governo", afirmou a ministra. "Eu não seria eu se não reafirmasse", disse. Mas, agora, assegura que o assunto está nas mãos do Legislativo. "O Executivo não tem o que fazer."

Em 2008, durante audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal sobre interrupção de gestação de fetos anencefálos, representando o Centro de Direitos Humanos (CDH), a ministra defendeu o direito de a mulher que queira interromper a gestação, pois isso seria necessário para preservar a dignidade das gestantes.

As declarações de ontem estampam o cuidado com o qual o tema será tratado na sua gestão. Embora tenha enfatizado que o aborto inseguro é uma das maiores causas de morte materna no País, Eleonora adotou o tom da presidente Dilma Rousseff. Durante a campanha eleitoral, reagindo a pressões de setores religiosos, Dilma teve de amenizar o discurso e fazer um compromisso de que não adotaria nenhuma medida para incentivar a mudança das regras do aborto no País.

A ministra reconheceu que o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso sobre o tema está na gaveta, mas evitou qualquer comentário sobre uma eventual

pressão de líderes de governo para retomar o assunto. Para ela, cabe à sociedade civil retomar a discussão e pressionar parlamentares. "Claro que a questão não é unânime e o debate tem de ser feito de maneira respeitosa."

Eleonora também evitou engrossar críticas à Medida Provisória que cria cadastro para gestantes - um registro, que, para feministas, significa uma perigosa brecha para inibir o aborto e responsabilizar gestantes. Para ela, o conflito já foi resolvido com a mudança feita pelo governo no texto da MP.

Na versão original, havia uma referência aos direitos do nascituro, retirado na revisão. "Esse assunto sai do ministério. A presidente já se manifestou no Fórum Social Temático e fez uma redação, corretíssima, em retirar a palavra nascituro."

No combate à violência ela foi mais enfática. Cobrou a implementação do Pacto da Não Violência por Estados e municípios e a execução da Lei Maria da Penha. E defendeu, ainda, a possibilidade de que processos sobre violência contra mulher possam ser iniciados mesmo sem a anuência da vítima.

● Reafirmação

ELEONORA MENICUCCI

MINISTRA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, SOBRE ABORTO

"A partir do convite de Dilma, minha posição é de governo. Eu não seria eu se não reafirmasse"

08 FEV 2012

GAZETA DO POVO

ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK

Reinventar as instituições, reinventar o Judiciário

A exposição de mazelas e falhas do Judiciário, que para alguns caracteriza uma crise, também pode ser vista como um processo de amadurecimento democrático numa sociedade em transformação

O debate sobre o papel e as atribuições do CNJ foi destaque nos meios de comunicação e na sociedade nos últimos dois meses. A exposição de mazelas e falhas do Judiciário, que para alguns caracteriza uma crise ou um processo de questionamento de legitimação, também pode ser vista como um processo de amadurecimento democrático numa sociedade em transformação. Uma sociedade que não se contenta com a tradição e o conservadorismo, mas está atenta às mudanças sociais, precisa reinventar as instituições, inclusive o Judiciário.

O STF iniciou na semana passada o julgamento de um dos processos mais relevantes da sua história. É necessário dizer que o julgamento ainda não foi concluído. Destaco dois pontos entre aqueles questionados na ação.

Os ministros do STF se posicionaram a favor da transparência dos processos e julgamentos dos juízes em compatibilidade com o ideal democrático e de liberdade. Os ministros, por maioria, concordaram em manter o artigo que garante todas as sessões públicas para o julgamento de processos disciplinares contra juízes.

Na questão mais controversa, por seis votos a cinco, os ministros devolveram ao CNJ o direito de iniciar investigações disciplinares contra juízes, independentemente da iniciativa das corregedorias dos tribunais. Em dezembro, uma liminar restringira esse poder às corregedorias dos tribunais e limitava a ação do CNJ no caso de omissão desses órgãos.

A transparência e a publicidade total dos processos disciplinares contra juízes revelam o nível de comprometimento com os relevantes postulados de Direito administrativo. Afinal, os juízes são agentes públicos e a população tem o direito de saber a respeito da atu-

ção pública dos membros dos tribunais.

Por outro lado, a maioria dos ministros do STF entendeu que a corregedoria do CNJ pode investigar os juízes independentemente da inércia ou do processamento das corregedorias dos tribunais a que estiver vinculado o juiz ou o desembargador investigado. Vale lembrar que a questão não está disposta na Constituição ou na legislação ordinária, motivo que acarretou o ajuizamento da ação perante o STF. Os motivos e argumentos dos ministros do STF expostos na decisão refletem um intenso nível democrático. A decisão vencedora poderia ter sido noutro sentido, pois bastaria a alteração do voto de um ministro. Observe-se que o julgamento ainda não foi concluído e é possível um ministro alterar o voto.

Juízes são agentes públicos e a população tem o direito de saber a respeito da atuação pública dos membros dos tribunais

Portanto, não se pode falar em decisão acertada, adequada ou equivocada, mas democraticamente optou-se por uma posição que reflete o desejo da maioria. No presente caso, penso que a maioria dos votos do STF reflete o entendimento preponderante na sociedade.

Com propriedade, Joaquim Falcão escreveu que "a ministra Rosa Weber, em seu primeiro e firme voto, foi clara. O progresso faz com que tenhamos sempre que redesenhar as instituições. E a criação do CNJ em 2004 redesenhou a autonomia dos tribunais de 1988. O Brasil mudou. A autonomia de 1988 é muito mais autonomia do passado do que do presente."

Desse modo, prevaleceu a tendência de que nas sociedades democráticas contemporâneas não se coadunam mais com os postulados tradicionais e conservadores de outrora. Para tanto, é preciso reinventar as instituições, entre elas, o Judiciário.

Antônio César Bochenek é juiz federal.

GAZETA DO POVO

Supremo conclui hoje julgamento sobre o CNJ

08 FEV 2012

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve continuar hoje o julgamento da Resolução 135, com regras baixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a fiscalização das atividades dos tribunais e juízes do país. Os ministros devem decidir se mantém ou não a norma segundo a qual, na hipótese de divergência quanto à pena, sem que se tenha formado maioria absoluta por uma delas, escolhe-se a mais leve. No caso de mais de duas penas em discussão, deve ser aplicada a mais leve com o maior número de votos.

Em dezembro, o ministro Marco Aurélio Mello suspendeu o artigo por liminar. Segundo ele, seria preciso haver votos da maioria absoluta do colegiado em torno da pena escolhida em caso de condenação. A votação deste tópico deve provocar bate-boca entre os ministros durante a sessão.

O plenário do STF também vai discutir o artigo que estabelece prazo de 15 dias para a defesa prévia do magistrado antes da decisão sobre a instauração do processo disciplinar por parte do colegiado. Um dos dispositivos dá prazo de 140 dias para a conclusão do processo, com possibilidade de prorrogação. O período foi suspenso por liminar em dezembro — ou seja, Marco Aurélio não fixou prazo para as corregedorias dos tribunais ou o CNJ concluírem as investigações contra juízes.

Outro artigo a ser julgado diz que o tribunal pode afastar o juiz antes de instaurar processo administrativo contra ele, "quando necessário ou conveniente a regular apuração da infração disciplinar". A prática hoje é bastante comum no conselho durante a investigação contra um juiz.

Na semana passada, o STF devolveu ao CNJ o direito de ini-



Carlos Chambert/STF

Marco Aurélio Mello: liminar do ministro restringiu poderes do CNJ.

ciar investigação contra juízes por desvio de conduta. Em dezembro, Marco Aurélio Mello havia dado liminar restringindo esta tarefa às corregedorias dos tribunais locais. O CNJ só poderia atuar em caso de omissão dos órgãos.

O STF também manteve válida a norma que garante sessões públicas para o julgamento de processos disciplinares contra juízes. Esuspendeu artigos da resolução que determinavam de quem era a competência — presidentes ou corregedores de tribunais — para apurar infrações administrativas de juízes e desembargadores. Os ministros trocaram as palavras "presidente" e "corregedor" por "autoridade competente". Argumentaram que o CNJ não tem o direito de definir essas tarefas, pois os tribunais têm autonomia de atuação.

08 FEV 2012

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

STF julgará Ficha Limpa em até 15 dias

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, afirmou ontem que a corte deverá decidir no máximo em 15 dias se a Lei da Ficha Limpa vale ou não para as eleições deste ano. De acordo com Peluso, a data mais provável para o julgamento será antes do carnaval — ou seja, na semana que vem. A lei barra a candidatura de pessoas condenadas por decisões de colegiados de juízes (normalmente em segunda instância) e aqueles políticos que renunciaram do cargo para fugir da cassação. Mas a legislação é questionada por supostamente não garantir a presunção de inocência dos acusados — que vale até o julgamento em última instância.

COLUNA DOS LEITORES

Prerrogativas do CNJ 1

Foi uma decisão acertada do STF que manteve o poder de investigação do CNJ. Foi ao encontro dos anseios do povo. Mais acertada ainda, porque vai mostrar ao cidadão que a maior parcela dos integrantes do Judiciário age estritamente dentro dos parâmetros legais.

Wilson Carlos Passos Barboza

Prerrogativas do CNJ 2

Ainda dá para acreditar nas mudanças. O povo quer transparência em todos os Poderes, e a Justiça não pode ser uma exceção, uma "caixa preta". Parabéns aos ministros que votaram pela preservação dos poderes do CNJ.

Carlos Rossi

BESSA

Além do horizonte

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, e a mulher, Sueli, também advogada, eram passageiros do cruzeiro do rei Roberto Carlos. Até o hit "Ai, se eu te pego", de Michel Teló, entrou no repertório. Cantado por algumas fãs, é claro.

ENTRELINHAS

Direito da criança

Circula nas livrarias a *Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo*; volume 3, da Editora Bonijuris, com matéria interessante sobre a propaganda dirigida à criança. De um lado, a liberdade de expressão e, de outro, o quanto a persuasão do público infantil afeta os direitos fundamentais da família. Vale a pena conferir, ainda mais com o apelo do comércio pela compra de materiais nem sempre necessários.

Universidade

Tuiuti pode sofrer intervenção

Ministério Público pede afastamento do reitor e de mantenedores da instituição privada por constantes violações de direitos trabalhistas

Denise Drechsel

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) ajuizou na segunda-feira uma ação pedindo a intervenção da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e de sua mantenedora, a Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda (sede e filiais). O MPT-PR pede o afastamento de todos os responsáveis pela gestão da entidade, a indisponibilidade dos bens dos diretores e a escolha de um administrador provisório para a instituição particular curitibana.

A medida foi tomada, de acordo com a procuradora Margaret Matos de Carvalho, por causa das constantes violações de direitos trabalhistas. Na lista das infrações cometidas há, por exemplo, casos de professores com mais de dez anos de trabalho cujo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nunca foi depositado e de docentes que ainda não receberam o 13.º ou o salário de dezembro de 2011.

"Mesmo com esse quadro, o

reitor e seus sócios continuarão retirando os seus salários. Esse e outros indícios demonstram que a gestão da instituição é temerária", declarou a procuradora.

Essa não é a primeira vez que o MPT-PR identifica problemas na UTP. Em 2003, o órgão ajuizou uma ação civil pública contra a universidade por atraso no pagamento de salários, não fornecimento de vale-alimentação e vale-transporte, atraso no pagamento de férias, não recolhimento do FGTS e apropriação indébita de valores descontados a título de contribuições previdenciárias, além de rompimento de contratos sem o pagamento de verbas rescisórias. Para a procuradora, no entanto, não adiantaria exigir da UTP o pagamento da multa definida em 2003, já que essa medida não asseguraria a observância da legislação trabalhista.

Desconhecimento

Procurada, a UTP afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, desconhecer a ação do Ministério Público. De acordo com o MPT-PR, devem ser afastados o reitor da UTP, Luiz Guilherme Rangel dos Santos, e os mantenedores, Afonso Celso Rangel dos Santos, Carlos Eduardo Rangel dos Santos e Maria de Lourdes Rangel dos Santos.

O administrador provisório deverá ser escolhido com a assistência técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFPR) pelo prazo de 12 meses, que pode ser prorrogado "até que seja possível a efetiva autogestão do empreendimento pelos empregados".

GAZETA DO POVO

ADEL EL TASSE

08 FEV 2012

Violência no pré-carnaval

A reunião pacífica de pessoas em locais públicos é um direito do cidadão e não pode ser atacada como se tivessem as autoridades alguma legitimidade para decidir quem sai às ruas e quem não sai

O pré-carnaval de Curitiba marca importante evento na agenda cultural da cidade, pois ainda que sempre se tenha afirmado que o curitibano não faz coro ao restante do país em sua paixão pela festividade popular, o fato é que uma parcela da população gosta da festa e tenta realizá-la com ordem e alegria, apesar de todos os tabus e dificuldades existentes para promovê-la, em um local em que previamente já gosta de se afirmar detentor de resistência ao evento.

A democracia tem no respeito às minorias importante elemento de sustentação. A magnitude do processo democrático está em construir decisões coletivas a partir da vontade da maioria, sem, contudo, oprimir a minoria ou excluí-la. É o carnaval de Curitiba pode e deve representar exemplo de respeito à minoria. Sendo verdade que a festa é cultivada pela minoria da população devem ser resguardados espaços para que esta a promova, respeitando as demais pessoas.

A promoção do pré-carnaval no Largo da Ordem, em um domingo à tarde, parece atender a essas exigências, pois limita o evento a uma pequena área da cidade, de pouco trânsito e historicamente utilizada para eventos populares.

O que foge à razoabilidade são os disparos de tiros pela polícia a pretexto de dispersar as pessoas que lá realizam o evento, em uma demonstração clara de que quando o discurso vazio de promover segurança pública com violência ganha corpo o que se tem é um crescimento avassalador das forças repressivas do Estado, com a adoção de práticas autoritárias.

A Constituição é clara ao estabelecer no artigo 5.º, XVI: "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente".

A reunião pacífica de pessoas em locais públicos é um direito do cidadão brasileiro e não pode ser atacada como se tivessem as autoridades públicas alguma legitimidade para decidir quem sai às ruas e quem não sai.

O STF ao analisar a amplitude do dispositivo constitucional em destaque, durante a chamada "marcha da maconha", foi peremptório em afirmar que o direito de reunião é ilimitado e se constitui em um dos mais importantes em uma democracia, esclarecendo que independe de autorização, sendo a comunicação para autoridade apenas para não frustrar outra reunião de forma marcada, pois a autorização já foi dada com caráter geral para todos os cidadãos pela Lei Suprema do país.

No pré-carnaval, a pretexto de reprimir a ação de uma pessoa que havia atirado uma garrafa contra uma viatura, foram acionados os mais repressivos grupos policiais, para atuar não só contra quem jogou a dita garrafa, o que já seria desproporcional, mas contra toda a população, atirando balas de borracha e usando de truculência generalizada para espantar cidadãos que ocupavam as ruas de sua cidade, que mantém com o pagamento de seus impostos.

Não há argumentos lógicos que justifiquem o ocorrido. Foi brutal e desproporcional e não pode ser aceito por nenhum cidadão de bem e que preze o regime democrático, pois representa um desolador retrato do que se faz na segurança pública do país, absolutamente nada, apenas opressão e violência a fim de gerar medo nas pessoas quando veem a polícia.

O mundo aproxima a polícia dos cidadãos, incidentes como o do pré-carnaval demonstram que aqui se gera uma polícia anticidadão, que não sente parte da população, mas detentora de poder especial, talvez pelo fato de portar arma, mas vale lembrar que bandido também o faz e nem por isso deve ser considerado especial.

A melhor estratégia de segurança pública já experimentada e de eficácia reafirmada pelos números apresentados em diferentes pontos do planeta é a população controlar as ruas de sua cidade, com a polícia em seu favor a lhe garantir proteção, o que torna os espaços invioláveis para os que praticam delitos.

Curiosa a postura de atacar o cidadão comum, desarmado, que sai às ruas da cidade de forma pacífica, parece até que se quer expulsar ele para tudo voltar à sua normalidade, ou seja, as ruas controladas pelo crime.

Adel El Tasse, advogado, procurador federal, professor de Direito Penal, é coordenador no Paraná da Associação Brasileira de Professores em Ciências Penais. E-mail: adel@eltasse.com.br

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

08 FEV 2012

Carta aberta ao governador Beto Richa

Caro governador, O senhor tem dito sempre que o diálogo é a marca forte de seu governo. Credo nisso, uso esse espaço justamente para que o diálogo aconteça. Ao contrário do senhor, não tenho mandato concedido por ninguém. Mas creio que falo em nome de muitos quando digo que a ação da Polícia Militar no Largo da Ordem, neste domingo, foi terrível. Muitos, como eu, devem ter ficado chocados, amedrontados e entristecidos com a ação da polícia.

Desde já deixo claro que minha intenção não é, nem de longe, atribuir ao senhor a culpa pelo ocorrido. Primeiro porque não há modo de o governador, por mais bem-intencionado que seja, estar a par de toda atividade da polícia. E em segundo lugar porque o senhor está no cargo há somente um ano — e a truculência da polícia é um problema muito mais antigo, herdado de seus antecessores.

O senhor é jovem, mas há de se lembrar de fatos de mandatos passados. No governo de seu correligionário Alvaro Dias, a tropa usou cavalos e bombas para debelar uma manifestação pacífica de professores. No primeiro mandato de Roberto Requião, o sem-terra Teixeirainha foi brutalmente assassinado pela PM. No governo Lerner, a PM também matou, como o senhor sabe, o sem-terra Antônio Tavares.

Na segunda passagem de Requião pelo governo, um episódio terrível: descobriu-se que a polícia assassinou a sangue frio cinco homens que haviam sido presos com vida. É de se elogiar, neste caso, o fato de que pelo menos a investigação funcionou e apontou tanto o crime quanto os culpados.

Agora, no seu mandato, a PM atacou de novo. Transformou o centro histórico de Curitiba em praça de guerra. Como disse, não

creio que o senhor tenha culpa. Mas isso não quer dizer que o senhor não deva tomar atitudes fortes para que os fatos não voltem a se repetir.

Antes de mais nada, foi absolutamente equivocada a postura de alguns de seus comandados. O líder na Assembleia, Ademar Traiano, tentou justificar o injustificável. Pior ainda fez o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, que classificou a ação da PM como "muito positiva" e afirmou que houve "uso progressivo da força".

Se o uso da força foi progressivo, não sei dizer, mas certamente foi desproporcional. Não é uso proporcional da força, por exemplo, atacar a tiros de borracha uma multidão que corria apavorada da PM. Muito menos é uso proporcional de força descer o cassetete em um homem caído, imobilizado e indefeso.

Caberia ao senhor mostrar que a ação não foi correta. Que os seus subordinados erraram. Ter pulso firme para investigar e punir os responsáveis. Gente truculenta não merece estar na PM. A polícia serve para proteger, como o senhor certamente compreende. Não para atacar os cidadãos desnecessariamente.

Não se deixe enrolar, governador, com a conversa de que sempre foi assim e de que sempre será. Puna, dê o exemplo. E depois passe à fase, mais difícil, que é a de melhorar a polícia. Os PMs têm razão ao reclamar o soldo — e a população não pode depender de soldados que viram a noite em segundo emprego, sem dormir direito, sem dinheiro para o que precisam.

O senhor está há apenas um ano no cargo. Ainda há tempo. Não deixe para depois. Enfrente esse problema e o estado inteiro saberá dar o valor correto ao seu trabalho. Mas, se nada for feito, o problema só tende a crescer.

08 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Inquérito de Barbosa encaminhado à PF

O procurador regional da República Maurício Gotardo Gerum, que atua junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, solicitou à Polícia Federal (PF) a continuidade das investigações para apurar eventuais crimes cometidos pelo prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), na contratação do Instituto Atlântico, oclp que em 2010 prestou ao município serviços na área de saúde, como o gerenciamento do Samu. As supostas irregularidades foram descobertas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que deflagrou em maio do ano passado a operação Antissepsia, levando 21 pessoas à prisão.

A assessoria de imprensa do Ministério Público Federal informou que o procurador nada pode comentar sobre o inquérito porque as investigações ainda estão em curso.

Ele entendeu que as informações repassadas não seriam suficientes para denunciar o prefeito de Londrina e, por isso, remeteu o inquérito à PF. Quando a polícia finalizar o relatório, o procurador decidirá se denuncia Barbosa ou arquivava o processo.

O inquérito começou a tramitar em Curitiba, no Tribunal de Justiça, porque Barbosa, por ser prefeito, tem foro privilegiado para responder a ações criminais. No entanto, o Ministério Público de segundo grau entendeu que os recursos supostamente desviados por meio do Instituto Atlântico são federais e a competência para processar o prefeito, neste caso, seria da Justiça Federal. Assim, após o parecer do promotor Samir Barouki, o inquérito foi para o TRF4 em novembro do ano passado. Conforme as investigações do Gaeco em Londrina, Barbosa e sua esposa, Ana Laura Lino, teriam exigido propina de R\$ 300 mil para contratar o Atlântico. Ambos negam.

FOLHA DE LONDRINA

Posto é fechado pela Justiça

Curitiba – A Justiça de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, determinou o fechamento do Auto Posto Arancadão. Trata-se de um dos postos atendido pela Power Bombs, empresa investigada por participar de um suposto esquema de fraude na venda de combustíveis, em que as bombas apontavam número de litros abastecidos superior ao que efetivamente entrava no tanque dos veículos, lesando o consumidor. O fechamento atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, representado pela 2ª Promotoria de Justiça de Pinhais e pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba. Foi decretada ainda a indisponibilidade de bens dos proprietários do posto e liberada a apreensão de todas as notas fiscais de venda de combustível de 1º de janeiro de 2011 até a data do cumprimento do mandado judicial.

08 FEV 2012

INFORME

Contratação de escritório

A Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Pirai do Sul (Centro-Oriental) apresentou uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito da cidade, Antonio El Achkar. O Ministério Público (MP) sustenta que o município agiu ilegalmente ao contratar sem licitação o escritório de advocacia Sociedade de Advogados José Carlos Dias Neto e Associados. "O procedimento destinado a justificar a inexigibilidade de licitação é completamente nulo, tratando-se de uma simulação, pois realizado todo em um único dia, inclusive com a assinatura do contrato e a publicação em Diário Oficial na mesma data", sustenta o promotor de Justiça Antônio Juliano de Souza Albanéz.

■ O Ministério Público requer a devolução do valor que teria sido gasto indevidamente aos cofres públicos. O contrato questionado teria custado quase R\$ 70 mil.

MILITÃO

Abraço apertado!

O professor Ivan Sartori, novo presidente do TJ de São Paulo, disse em entrevista à revista Veja que 99% dos juizes de Direito são pessoas sérias e que o CNJ está "querendo abraçar o mundo..." Este assunto foi alvo de conversas de estudantes do Curso Marcatto, que tomavam café e lanche no Via Bosque, no São Paulo Towers, onde funciona o curso preparatório para concursos de Direito.

MAZZA

Tuiuti

Mais um capítulo na batalha da Tuiuti (Universidade): intervenção do Ministério Público do Trabalho. Centenas de desistências de professores.

08 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Mais de 220 mil

**crianças e
jovens estão
fora da escola
no Paraná**

Número representa 9,5% da população entre 4 e 17 anos no Estado. Estudo ainda constatou que o nível de aprendizagem entre os alunos é baixo. O pior resultado se refere ao ensino da Matemática, onde apenas 18% dos estudantes do 9º ano conseguiram aprender a matéria.

08 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Mais de 220 mil crianças e jovens fora da escola

Número representa 9,5% da população entre 4 e 17 anos no Paraná; em todo o País são 3,8 milhões nessa situação

Curitiba - As aulas nas escolas estaduais e municipais do Paraná começam hoje. Entretanto, muitas crianças e jovens entre 4 e 17 anos ainda não frequentam aulas no Estado, mais precisamente 227.803. Este número representa 9,5% do total da população nessa faixa etária, que soma 2.934.523 pessoas.

É o sétimo maior registrado entre todas as unidades da Federação, ficando atrás de São Paulo (607.238), Minas Gerais (363.981), Bahia (277.690), Pará (256.323), Rio Grande do Sul (246.254) e Rio de Janeiro (229.488).

Os números fazem parte do estudo De Olho nas Metas 2011, divulgado ontem, pelo movimento Todos pela Educação, entidade que avalia e acompanha as ações e políticas públicas dos governos no setor. Dos mais de 220 mil paranaenses fora da sala de aula, 81.032 são crianças de 4 a 5 anos; 37.559 crianças e jovens de 6 a 14 anos; e 109.212 jovens de 15 a 17 anos, que nunca frequentaram uma escola.

Em todo o País são 3,8 milhões de crianças e jovens nessa situação (1.156.846 estão fora da educação infantil - 4 a 5 anos; e 1.728.015 são jovens entre 15 e 17 anos), representando 9% do total da

população brasileira. Os dados utilizados na pesquisa são referentes ao Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010 e do Censo Escolar do IBGE 2010.

Entre 2000 e 2010 houve um aumento de 9,2% nas taxas de acesso à escola. Entretanto, nenhum Estado conseguiu atingir a meta intermediária de atendimento escolar para 2010, estipulada pelo movimento. No caso do Paraná, esse número chegou a 90,5%, mas a meta intermediária era de 92,6%.

Para alcançar a educação que o Brasil precisa, foram definidas cinco metas específicas que englobam a garantia da permanência da criança na escola; alfabetização plena; qualidade do aprendizado; conclusão do Ensino Médio e investimentos. Estas metas devem ser atingidas até 2022.

"Essas crianças e jovens que ainda estão fora da escola representam a população mais difícil e complicada de atender e garantir sua permanência. Normalmente são moradores de zonas rurais e de comunidades mais afastadas dos grandes centros. Por isso insistimos para que o governo desenvolva políticas públicas para esses

3,8 milhões de brasileiros", afirmou Andrea Bergamaschi, coordenadora geral do Todos pela Educação.

A Equipe da Folha entrou em contato com a Secretaria Estadual de Educação (Seed) para comentar os dados do Paraná no estudo, entretanto não obteve resposta até o fechamento da edição.

FOLHA DE LONDRINA

Menino espancado havia passado por um abrigo

08 FEV 2012

**Conselho Tutelar
acompanhava caso de
criança agredida pelo
pai; acusado está preso**

A criança de dois anos e sete meses, morta ao ser espancada pelo pai, Ivan Ramos de Macedo, em Londrina, já havia sido retirada da família pelo Conselho Tutelar, no ano passado. Integrantes do conselho começaram a acompanhar a família no início de 2011 após receber denúncias de vizinhos sobre as agressões físicas que seriam praticadas por Macedo contra a esposa. O corpo do menino foi sepultado ontem de manhã, no Cemitério Jardim da Saudade (Zona Norte). Também ontem de manhã, populares colocaram fogo na casa, onde o acusado morava. (leia mais nesta página).

A morte do menino aconteceu anteontem. De acordo com o laudo do Instituto Médico Legal (IML), a vítima apresentava espancamento generalizado, edema cerebral, hematomas e sinais de asfixia. O pai confessou o espancamento à polícia, e disse que teria usado um cinto.

"Os vizinhos relataram que a casa onde eles moravam, no Jardim Ana Terra (Zona Norte), vivia fechada e com frequência ouvia-se gritos da esposa de Ivan e choro do filho", explicou a presidente do Conselho Tutelar-Norte de Londrina, Leoni Alves Garcia. "Passamos a fazer o acompanhamento social da família e, após uma das agressões, a Jaqueline (Moreira, mulher de Macedo) fez uma denúncia à Delegacia da Mulher e foi encaminhada com o filho a um abrigo de proteção. Porém, ela permaneceu apenas alguns dias no local e pediu para voltar para a casa de sua família", acrescentou.

De acordo com Leoni, o Conselho Tutelar voltar a receber denúncias de mais agressões feitas por vizinhos e funcionários da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro. "Procuramos a Jaqueline e encontramos ela com o filho na rua. A criança estava suja e molhada. Devido à condição de negligência por parte dos pais, encaminhamos o menino à Casa de Passagem,

que é um abrigo destinado a crianças em situação de risco", explicou.

Ainda segundo a conselheira, no meio do ano passado, a criança permaneceu algumas semanas no abrigo. "Foi assinado um laudo autorizando a criança a voltar para os pais, pois ela havia percebido vínculos afetivos na família e que os pais não representariam risco para o menino", afirmou Leoni, dizendo que o órgão foi contra a decisão. Isso porque os conselheiros perceberam que o pai do menino precisava de tratamento psiquiátrico. "O pai da criança apresentava falas desconexas, então pedimos que fosse feito um laudo psicológico, mas antes disso o menino foi devolvido aos pais", enfatizou Leoni.

Embora não tenha dados estatísticos, a conselheira revela que diariamente são registradas denúncias de violência contra crianças. Ela destacou que as denúncias devem ser feitas pelo telefone 125. "Esse número fica a disposição 24 horas por dia e a pessoa não precisa se identificar."

08 FEV 2012
JORNAL DO ESTADO

CPI das Falências

Mesmo paralisada por uma liminar na Justiça, a CPI das Falências continua com seus desdobramentos neste começo do ano. A Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná concedeu parecer favorável para que a comissão volte a se reunir e apurar a situação das falências e recuperações judiciais no estado. O parecer do órgão será enviado a um desembargador do TJ-PR que analisará se a CPI voltará a funcionar.

JORNAL DO ESTADO

08 FEV 2012

MÁFIA DOS COMBUSTÍVEIS

Justiça fecha posto Arrancadão, em Pinhais

PIRAÍ DO SUL

MP-PR aciona prefeito por irregularidade

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção de Patrimônio Público de Pirai do Sul, apresentou nesta semana ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito da cidade, Antonio El Achkar. O MP-PR sustenta que foi ilegal a contratação, pelo Município, do escritório de advocacia Sociedade de Advogados José Carlos Dias Neto e Associados, que também foi requerido na ação. A empresa foi contratada sem licitação. O responsável pelo caso é o promotor de Justiça Antônio Juliano de Souza Albanez.

Segundo o promotor, a ação foi resultado de inquérito civil público instaurado no ano de 2011, que visava à apuração de supostas irregularidades na contratação do referido escritório de advocacia pelo Município de Pirai do Sul, sem licitação. No curso das investigações, apurou-se que o contrato foi realizado fora das hipóteses legais de dispensa e inexigibilidade de licitação. "A Lei de Licitações somente permite a contratação, da forma como foi realizada, em casos de serviços de natureza singular, o que não foi observado", afirma o promotor.

A Justiça determinou, liminarmente, o fechamento do Auto Posto Arrancadão, localizado na Vila Tarumã, em Pinhais, cidade da Região Metropolitana de Curitiba. A liminar atendeu a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, representado pela 2ª Promotoria de Justiça de Pinhais e pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba.

Foi decretada ainda a indisponibilidade de bens dos proprietários do posto e liberada a apreensão de todas as notas fiscais de venda de combustível de

1º de janeiro de 2011 até a data do cumprimento do mandado judicial. Os responsáveis pelo caso no MP-PR são as promotoras de Justiça Claudia Regina de Paula e Silva e Cristina Corso Ruaro. O Arrancadão é um dos postos que era atendido pela Power Bombs, empresa investigada por participar de um suposto esquema de fraude na venda de combustíveis, revelado pelo programa Fantástico. A denúncia exibida mostrava que as bombas apontavam número de litros abastecidos superior ao que efetivamente entrava no tanque dos veículos.

Mais policiais

O Ministério Público Federal em Umuarama ajuizou na última quinta-feira Ação Civil Pública contra a União pedindo a contratação de mais 99 policiais rodoviários federais para a região de Guaíra (Oeste do PR). O objetivo do MPF é que ocorra uma efetiva fiscalização dos veículos que trafegam pela área, onde notoriamente são praticadas diversas atividades ilícitas, como tráfico internacional de drogas e contrabando.

EM ALTA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, afirmou que o julgamento do processo sobre a validade da **LEI DA FICHA LIMPA** deve ser retomado em até 15 dias. Ele falou com jornalistas ao deixar uma reunião administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sinalizou que o processo pode entrar na pauta, inclusive, "antes do Carnaval".

08 FEV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Pedida intervenção na Universidade Tuiuti e troca do reitor

Justiça manda fechar posto

Atendendo ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, representado, o Juízo da comarca de Pinhais determinou o fechamento das atividades comerciais de venda de combustíveis e o lacre das bombas medidoras da empresa Ângelo Comércio de Combustíveis Ltda, conhecida pelo nome fantasia Auto Posto Arrancadão, na Vila Turumã, em Pinhais.

O Arrancadão é um dos postos atendidos pela Power Bombas, empresa de Cleber Salazar, investigada por participar de suposto esquema de fraude na venda de combustíveis, revelado pelo programa Fantástico, da Rede Globo. A denúncia exibida mostrava que as bombas apontavam número de litros abastecidos superior ao que efetivamente entrava no tanque dos veículos, lesando o consumidor.

Blaqueio

Foi decretada ainda a indisponibilidade de bens dos proprietários do posto, Ângelo de Albuquerque Gobbo, e liberada a apreensão de todas as notas fiscais de venda de combustível de 1.º de janeiro de 2011 até a data do cumprimento do mandado judicial. Os responsáveis pelo caso no MP/PR são as promotoras de Justiça Cláudia Regina de Paula e Silva e Cristina Corso Ruaro. Gobbo também é proprietário do Posto Jockey, um dos denunciados pela reportagem do programa Fantástico.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-PR) protocolou, ontem, pedido de liminar para que haja intervenção judicial na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e substituição do reitor por administrador provisório. A solicitação foi motivada pelo descumprimento de decisão judicial que previa o pagamento de todos os direitos trabalhistas de seus funcionários e multa diária de R\$ 1 mil para cada obrigação sem pagamento. Segundo o Tribunal Regional do Trabalho, a 10.ª Vara de Trabalho de Curitiba já recebeu o pedido.

De acordo com a procuradora Margaret Matos de Carvalho, autora da solicitação, "em 2003, o MPT entrou com ação civil pública devido às várias denúncias de que a instituição não estaria pagando corretamente os funcionários. Apesar da decisão judicial ter condenado a universidade por descumprimento da legislação, inclusive com multa diária, continuamos recebendo diversas denúncias e essa foi a medida mais adequada para este caso", explica. Ela afirma que nem os direitos básicos, como pagamento de salários em dia, têm sido respeitados.

A sugestão de substituição provisória do reitor visa "evitar a insolvência da universidade, mantendo os postos de trabalho", além de tentar resolver as pendências trabalhistas. A justificativa da universidade para não cumprir a legislação trabalhista seria a inadimplência dos estudantes, mas Margaret garante que a justificativa é infundada e que, desta forma, a UTP estaria cometendo crime de apropriação indébita.

Ficha Limpa volta à pauta

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, afirmou ontem que a Corte deverá decidir nos próximos 15 dias se a Lei da Ficha Limpa vale ou não vale nas eleições deste ano. De acordo com Peluso, o julgamento pelo plenário do STF deverá ocorrer antes do Carnaval.

A expectativa é que o tribunal conclua que está em vigor neste ano a regra impedindo a candidatura de políticos ficha suja. Estão incluídos nessa categoria os políticos condenados por decisões de tribunais e aqueles que renunciaram para fugir de processos de cassação.

O STF fixará posição sobre a lei ao julgar ações movidas pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo PPS e pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). O Supremo já começou a analisar as ações, mas em dezembro um pedido de vista do ministro Dias Toffoli suspendeu o julgamento. Antes do pedido de vista, dois ministros - Luiz Fux e Joaquim Barbosa - já tinham votado pela validade da lei.

É importante que o STF defina o assunto antes do início do período eleitoral. Na eleição presidencial de 2010, houve muita confusão porque o tribunal somente adotou um entendimento definitivo cinco meses após a votação. Na ocasião, o Supremo concluiu que a Lei da Ficha Limpa não valeu em 2010 porque a regra não foi aprovada com antecedência mínima de um ano. Há um dispositivo na Constituição Federal segundo o qual mudanças no processo eleitoral têm de ser realizadas pelo menos um ano antes do pleito.

08 FEV 2012

METRO

Posto Arrancadão será fechado

Atendendo ação civil pública proposta pelo MP-PR (Ministério Público), a comarca de Pinhais determinou o laque das bombas e o fechamento do posto Ângelo Comércio de Combustíveis, conhecido como Auto Posto Arrancadão, na Vila Tarumã, em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

Foi decretada ainda a indisponibilidade de bens dos proprietários do posto e liberada a apreensão de todas as notas fiscais de venda de combustível de 1º de janeiro de 2011 até a data do cumprimento do mandado judicial.

O Arrancadão é um dos postos atendidos pela Power Bombas, empresa investigada por participar do suposto esquema de fraude na venda de combustíveis.

● METRO CURITIBA